

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA DIVERSIDADE DE OLHARES

Este dossiê compartilha as reflexões de pesquisadores (professores e alunos) que investigam – em diferentes instituições de ensino superior – as temáticas da formação de professores e da educação inclusiva para discutir a perspectiva da escola, do ensino e da prática pedagógica. Convém lembrar que esses pesquisadores atuam também em contextos variados na educação básica em nosso país.

Como os artigos deste dossiê defendem a consolidação de uma “educação para todos”, alguns autores apresentam estudos teóricos em que sinalizam a necessidade de contemplar o reconhecimento do direito à educação em face das diferenças. Outros autores destacam, com enfoques distintos, resultados de pesquisas acerca da formação e da prática pedagógica do professor, das estratégias e serviços em campos empíricos diversos. É o caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinado aos alunos da Educação Especial para complementar o ensino e atuar de forma articulada com o professor da sala de aula comum. O AEE estabelece estratégias e recursos pedagógicos para promover a permanência e o alcance da aprendizagem do aluno em processo de escolarização.

Com base nessas considerações preliminares, esta apresentação expõe de forma sucinta o conteúdo deste volume, que será de grande valia para os interessados na temática.

O artigo “A interlocução entre o atendimento de classe hospitalar e o processo de (re)inserção na escola da criança e do adolescente com câncer”, de Jucélia Linhares Granemann, ressalta a importância do serviço de classe hospitalar como um suporte emocional e educacional para crianças e adolescentes, oriundos de escolas públicas e particulares, em tratamento de câncer. Trata-se de um valoroso recurso que permite às crianças e aos adolescentes se sentirem mais produtivos, incluídos e preparados para retornar à escola. Na área de oncologia, o atendimento por classes revela os processos de escolarização e o desenho do perfil dos educandos atendidos pelo serviço, além de evidenciar êxitos, dificuldades e/ou trajetórias por eles vivenciados.

O artigo “Atendimento Educacional Especializado na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte: diálogos entre teorias e práticas”, de autoria de Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira, Edilayne Christina Souza Cavalcanti Dias e Juliana Magro Pinheiro, discute o AEE realizado em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no estado do Rio Grande do Norte a partir das proposições de documentos orientadores oficiais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os autores detalham a

configuração do AEE, que acontece num posicionamento complementar ou suplementar à escolarização, de acordo com a necessidade educacional apresentada por cada sujeito. Destacam a necessidade da formação continuada em serviço para capacitar os professores sobre os pressupostos do trabalho do AEE e também para desenvolver ações que fomentem a pesquisa por condições mais favoráveis à inclusão escolar de estudantes da Educação Especial.

“A promoção do letramento emergente em crianças com Síndrome de Down/deficiência intelectual”, de Miriam Vieira Batista Dias, revela possibilidades de promover o letramento emergente de alunos com deficiência intelectual, por meio de contatos com atos de leitura e de escrita conduzidos pelos adultos ao longo do período de educação infantil. Aponta a importância do planejamento para a intervenção pautada nos componentes básicos do letramento emergente e analisa o desempenho de duas alunas com Síndrome de Down/deficiência intelectual na educação infantil de uma escola pública.

“Acesso ao mundo do trabalho para estudantes com deficiência intelectual: caminhos necessários na escola contemporânea”, de Annie Gomes Redig e Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro Correio, enfoca a inserção de pessoas com deficiência intelectual em atividades laborais e aponta a necessidade do entrelaçamento entre as propostas educacionais e as políticas dessa população no mundo do trabalho. Sinaliza também que a inclusão escolar, social e laboral de indivíduos com deficiência intelectual somente ocorrerá a partir de ações que possibilitem a flexibilização do currículo escolar visando à profissionalização.

O artigo “Educação infantil e autismo: relato de experiência”, de Cibele Pimenta Tiradentes, Lucélia Gonçalves de Oliveira Machado Araújo e Ranib Aparecida dos Santos Lopes, relata a experiência vivida no processo de inclusão de um estudante com espectro de autismo em uma escola municipal da região noroeste de Goiânia (GO), destacando a importância da articulação entre a escola e a família para possibilitar ao estudante maiores chances de aprendizado. O artigo apresenta também metodologias diferenciadas que podem ser aplicadas ao estudante autista para que este consiga se socializar e realizar as atividades propostas no ambiente escolar.

“Inclusão escolar: os desafios de alunos com paralisia cerebral em seu processo de escolarização”, de Gabrielle Cristina Sanchez, Rita de Cássia Gomes de Oliveira Almeida e Adriana Garcia Gonçalves Correio, aborda os desafios que os alunos com paralisia cerebral enfrentam durante a escolarização, destacando suas particularidades. Revela ainda a importância tanto da avaliação para identificar as demandas funcionais desses alunos quanto

dos recursos de tecnologia assistiva, que representam um meio para proporcionar maior independência e autonomia a esses alunos na escola e para promover o acesso deles aos conteúdos escolares.

O artigo “O currículo adaptado: (re)pensando o ensino de línguas estrangeiras para aprendizes com necessidades educacionais especiais a partir da Sequência Didática”, de Juliana Reichert Assunção Tonelli, Eduardo Pimentel Rocha, Otto Henrique Silva Ferreira e Thays Regina Ribeiro de Oliveira, discorre sobre o dispositivo Sequência Didática (SD) e sua utilização como uma proposta de currículo adaptado para o ensino de línguas estrangeiras a indivíduos com necessidades educacionais especiais. A SD proposta para o ensino de línguas facilita a organização de atividades para o domínio de um gênero textual oral e/ou escrito, sendo, portanto, uma ferramenta que favorece a prática da escrita textual e a promoção das potencialidades que precisam ser exploradas e valorizadas.

“O processo de alfabetizar e letrar o aluno surdo”, de Michelly Rutte Ramos da Silva, demonstra que o processo de alfabetizar e letrar o aluno surdo demanda conhecimentos por parte do professor, especificamente sobre linguagem. Revela as dificuldades dos professores com relação às práticas de alfabetização e letramento do aluno surdo e às possibilidades de realização de práticas pedagógicas. Há ainda muito a se discutir e a agir de modo a efetivar a apropriação significativa dos conhecimentos acumulados pela humanidade e a legitimar a Libras como primeira língua do sujeito surdo.

O artigo “Ultrapassando barreiras da paralisia cerebral espástica para o mundo da escrita: relato de experiência”, de Sayonara Abrantes de Oliveira Uchoa, Symara Abrantes Albuquerque de Oliveira Cabral, Henrique Miguel de Lima Silva e Thereza Sophia Jácome Pires, avalia os impactos de estratégias educacionais voltadas ao desenvolvimento das habilidades de linguagem em alunos com paralisia cerebral espástica e salienta algumas ações metodológicas no ensino de Língua Portuguesa. Os autores apontam para significativos progressos e para o rompimento de barreiras promovidas pela inclusão efetiva na escola.

“Uma escola para todos: possibilidades por meio da escuta sensível”, de Jessica Hilário Pinto e Osvaldo José Sobral, faz uma breve revisão histórica das fases de exclusão, segregação, integração e inclusão, considerando a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. O artigo se propõe a identificar as possibilidades de incluir alunos com necessidades educacionais especiais a partir da escuta sensível, defendendo que cada professor, com seu modo de ser, pensar e agir, consiga realizar uma espécie de ponte capaz de interligar a escola, a família e a sociedade.

O artigo “Educação, diversidade e transdisciplinaridade”, de Marcos Vinícius Guimarães de Paula, João Henrique Suanno e Marlene Barbosa de Freitas Reis, discute a intolerância à diferença que marca a sociedade do século XXI e a importância de se repensarem os valores necessários à convivência humana e à harmonia social. Os autores refletem sobre os conceitos de diversidade, interculturalidade e alteridade, que precisam ser reverberados no espaço social, no qual a instituição escolar tem papel relevante nessa tarefa de conscientização. Apontam a transdisciplinaridade como o caminho possível e necessário para a educação escolar e também para a vida, entendendo que promover diálogos entre a escola, a diversidade e a transdisciplinaridade é fundamental para pensar uma educação conectada com as demandas sociais da contemporaneidade.

“Com a palavra uma professora: relatos de atendimento pedagógico-educacional ao aluno transplantado”, de Andréia Gomes da Silva e Simone Maria da Rocha, relata uma experiência de atendimento pedagógico-educacional realizado com uma criança após ser submetida ao transplante de medula óssea. As autoras refletem acerca das adaptações curriculares necessárias à atenção integral ao educando e da importância de o professor que atua em classes hospitalares e domiciliares estar aberto às mudanças e aos desafios. Salientam a necessidade de uma parceria entre a escola e a classe hospitalar, por ser praticamente impossível estabelecer uma ponte na qual o aluno tenha a possibilidade de transitar com sucesso no seu percurso de tratamento de saúde e de reinserção escolar. A interface escola, instituição hospitalar e/ou casa de apoio e família acontece quando os atores implicados no processo se articulam em diálogos horizontais com o propósito de contribuir na efetivação do direito à educação da criança e do adolescente em tratamento de saúde.

O artigo “Evoluções sobre o atendimento e a escolarização da pessoa com deficiência: políticas, ações e perspectivas”, de Jucélia Linhares Granemann, Max Millian Rodrigues do Nascimento e Yara Fonseca de Oliveira e Silva, discorre brevemente sobre o percurso histórico da pessoa com deficiência para mostrar a evolução de uma sociedade humana que avançou em cada novo contexto até os dias atuais, quando apresenta em seus documentos oficiais uma política de escolarização dessa pessoa. Com isso, ela adquiriu direitos de acesso à escolarização no ensino regular. No entanto, ainda que legislações e políticas tenham sido criadas, a sociedade brasileira e a escola precisam aprender a respeitar na prática o outro que se faz diferente para a efetiva concretização desses direitos.

“A formação de professores para alunos com deficiência: políticas e perspectivas”, de Maria Cristina Fortuna da Silva, aborda a preocupação com a formação daqueles que devem atuar na escola regular, especialmente no AEE. Aponta a necessidade de componentes

curriculares nos cursos superiores que contemplem o desenvolvimento das funções mentais superiores de todos os alunos, respeitando as peculiaridades e formas de aprendizagem de cada aluno.

O artigo “Educação inclusiva e a importância do intérprete de Língua Brasileira de Sinais nos ambientes educacionais”, de Veronica Estevam da Silva e Jadislene Estevam da Silva Costa Correio, expõe o desafio da escola inclusiva, que cada vez mais exige dos professores e das autoridades o cumprimento das leis que fundamentam essa prática. Para tal, a autora retrata a realidade das escolas, principalmente as do interior do Brasil. Por se encontrarem aquém do desejável – e distantes de uma educação realmente inclusiva –, os alunos surdos enfrentam a falta de um profissional intérprete para comunicarem-se dentro dos espaços educacionais.

“Educação inclusiva: complexidades na formação docente”, de Eromi Izabel Hummel e Ricardo Desidério da Silva, aborda as complexidades na formação docente nos cursos de licenciaturas, especialmente no de Pedagogia. As omissões no currículo não possibilitam que os futuros professores possam lidar com a inserção de alunos com deficiências em suas salas de aula. Daí a necessidade de cursos de especialização na área da Educação Inclusiva, de modo a possibilitar debates e reflexões para ações pedagógicas efetivas no âmbito escolar.

O artigo “Inclusão escolar: um olhar para a formação docente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)”, de Marlene Barbosa de Freitas Reis, Thiffanne Pereira dos Santos, Brenda Fonseca de Oliveira, Amanda Rodrigues Tavares, Byanca Teles da Silva, Dayane Ribeiro Campos e Talita Serravalli Lanzon, reflete sobre as políticas públicas na e para diversidade, com o propósito de verificar como ocorre a inclusão na rede regular do ensino público. Para tal, apresenta um breve contexto histórico sobre a inclusão, a importância da escola, o papel do AEE e do professor nesse contexto. Como resultado dessa reflexão, fica evidente que se têm realizado progressos na busca pela efetivação da inclusão escolar, mas ainda é preciso que se ampliem os esforços para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de modo a aprimorar assim esse modelo de educação.

“Língua Brasileira de Sinais (Libras) como L1 para estudantes surdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, de Jussara Linhares Granemann, analisa os aspectos fundamentais para que os estudantes surdos, ao iniciar sua escolarização, possam aprender a língua de sinais, a língua portuguesa na modalidade escrita e os conteúdos curriculares. Tudo isso deve ser desenvolvido em um ambiente linguístico bilíngue para envolver os estudantes

surdos em práticas discursivas. O artigo enfatiza a importância do ensino da Libras como determinante para as relações sociais, a constituição da identidade e a aprendizagem.

O artigo “Pressupostos históricos, políticos e freirianos de uma educação inclusiva”, de Anecy de Fátima Faustino Almeida e Silvana Alves da Silva Bispo, discorre sobre o contexto histórico indicando que o êxito na inclusão está norteado por uma educação humanizadora a fim de abolir todas as formas de intolerância. O artigo aponta o professor como principal protagonista no processo de inclusão, sendo evidente a necessidade de formação continuada para a referida mediação. Tal processo requer competências técnicas e habilidades relacionais que favoreçam a interação professor–auxiliares especializados–alunos–familiares.

Como o leitor pode constatar, esses artigos representam uma diversidade de olhares de autores das mais variadas instituições de ensino, permitindo visualizar não só a realidade dos conhecimentos construídos, mas também o esforço de refletir sobre a educação inclusiva e a formação de professores. Como a escola e o professor do século XXI têm sido cada vez mais desafiados para viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, espera-se que este dossiê possa contribuir para a reflexão destes profissionais de educação, que apresentam suas leituras e práticas desenvolvidas em sala de aula e também em outros espaços.

Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Jucélia Linhares Granemann
(organizadoras)